



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 1.653, DE 2005

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos”, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.**

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, altera dispositivo da lei que trata da vigilância sanitária do comércio farmacêutico para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos que não as farmácias, a intermediação de outros estabelecimentos nesse processo e a centralização da manipulação em um único estabelecimento, no caso de redes de farmácias.

O dispositivo alterado é o art. 36 – que trata da obrigatoriedade do registro, na farmácia que a aviar, da receita de medicamentos magistrais e oficinais –, da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

A alteração é feita pelo acréscimo de dois parágrafos.

O primeiro trata da vedação de captação de receitas com prescrições magistrais e oficinais em drogarias, ervanarias e postos de medicamentos – ainda

que sejam filiais de uma mesma empresa –, bem como da intermediação entre empresas, nesse processo.

O segundo veda às farmácias que possuem filiais a centralização da manipulação em apenas um dos estabelecimentos.

A cláusula de vigência determina que a lei em que se transformar o projeto entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto vem à apreciação desta Comissão em decisão terminativa e não recebeu emendas.

Não existem outras proposições tratando desta matéria em tramitação na Casa.

Destaco que o meu gabinete encaminhou o Ofício nº 73 à Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde para prévia manifestação e até a presente àquele órgão se manteve silente.

### **II – Análise**

A proposição transforma em lei federal regulação, com o mesmo escopo, já adotado tanto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como pelo Conselho Federal de Farmácia.

Em ambos os casos, a medida é justificada como necessária à proteção do consumidor, uma vez que – no caso de fórmulas magistrais e oficinais – a captação de receitas por outro estabelecimento que não o que irá manipular a prescrição e a centralização da manipulação prejudicam a avaliação farmacêutica da prescrição, interferem na responsabilidade técnica do farmacêutico, na rastreabilidade das informações farmacotécnicas e no controle de qualidade do processo e dos insumos, e também dificultam a ação fiscalizadora da autoridade sanitária.

Do ponto de vista da constitucionalidade não há o que opor: a proteção e defesa da saúde é matéria sobre a qual a Constituição Federal dispõe ser compe-

tência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar.

Também não há óbices quanto à regimentalidade e à técnica legislativa.

### III – Voto

Em vista do exposto, somos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003.

PLS 101, de 2003

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LIDEA DE VOTAÇÃO

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACLITO FORTES - PFL				
GILBERTO GOELLNER - PFL	X				2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA - PSDB					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	X			
REGINALDO DUARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				5- IRIS DE ARAÚJO		X		
PAPALEO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				1- CRISTOVAM BUARQUE - PT				
FLAVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT	X				3- EDUARDO SUPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES					6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/08/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES  
PRESIDENTE

*Antônio Saboya*  
*Antônio Saboya S. Gomes*  
*Presidente eventual*

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº *PLS 101, de 2003*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE *27 de 08/2005*, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

*SENADORA PATRÍCIA S. GOMES*  
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: *Sen. ANTÔNIO CARLOS VALADARES*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IBELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

OF. Nº 70/05 – PRES/CAS

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, que “Altera o artigo 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973,

que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos”, de autoria da Senadora Íris Araújo.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 14 - 09 - 2005